César Ricardo Siqueira Bolaño

O CONCEITO DE CULTURA EM CELSO FURTADO

Salvador
Edufba
2015

SUMÁRIO

PREFÁCIO / *13*

APRESENTAÇÃO / *23*

INTRODUÇÃO / *31*

O MODELO DE BASE DE FURTADO / *41*
Considerações sobre a relação entre Furtado e Marx / *41*
O modelo de base de Furtado para o desenvolvimento / *59*
Perspectiva histórica / *67*
O modelo de base de Furtado para o subdesenvolvimento / *83*
Pequena advertência sobre polêmicas e estagnação / *90*

UMA TEORIA ANTROPOLÓGICA DA CULTURA / *93*
Influências: de Freyre a Herskovits / *93*
Dependência cultural e teoria do excedente / *99*
Antropologia e marxismo / *108*
Antropologia filosófica e marxismo / *122*
Breve parêntese sobre a parte maldita / *131*
Excedente e a grande teoria / *138*
Teoria do excedente e teoria do capitalismo / *149*

CRÍTICA DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL / *167*
O mito do desenvolvimento: ecologia e cultura / *168*
Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais / *176*
Criatividade e dependência na civilização industrial / *185*
Filosofia, ciência e arte / *194*
Política, ecologia e feminismo / *203*
Arte, liberdade e emancipação / *210*
De volta à teoria do desenvolvimento / *218*

CULTURA BRASILEIRA, POLÍTICA E ECONOMIA / *227*
Formação da cultura brasileira / *228*
Perspectivas de mudança / *236*
Subculturas urbanas e desenvolvimento / *242*
As TIC e a dimensão cultural do desenvolvimento / *252*
Economia política e política cultural / *262*
Política cultural e cultura brasileira / *270*
Economia da cultura / *277*

CONCLUSÃO / *285*

REFERÊNCIAS / *313*

CULTURA BRASILEIRA, POLÍTICA E ECONOMIA

Conforme adiantei na introdução, trabalharei aqui, em primeiro lugar, com uma série de textos que, embora formem parte de três coletâneas publicadas em três décadas diferentes, (FURTADO, 1984, 1999, 2012) são todos, como também o capítulo VII de Furtado (1978), de que também tratarei aqui, do período que vai da segunda metade dos anos 1970 à primeira dos 1980, pouco antes da nomeação de Furtado a Ministro da Cultura. Por comodidade, apenas nestes casos utilizarei como referência as datas de publicação das coletâneas e não as dos textos originais, mesmo porque algum ficou inédito até recentemente. Eu já havia analisado os dois ensaios de interesse da primeira dessas coletâneas, especialmente o primeiro, num item – que tomei como espinha dorsal das duas primeiras partes deste capítulo – de um trabalho mais extenso sobre comunicação, cultura e desenvolvimento. (BOLAÑO, 2010) Além da problemática da formação da cultura brasileira, serão tratadas questões de interesse mais direto da economia política da comunicação e da cultura, como o das tecnologias da informação e da comunicação, ou as especificidades econômicas dos bens culturais.

Formação da cultura brasileira

Segundo Furtado (1978, p. 137), a reflexão sobre as raízes da cultura brasileira deve partir da especificidade de Portugal no contexto do século XVI, um momento de intensa criatividade cultural na Europa, onde dois poderosos impulsos convergentes formarão "o ponto de partida da ascensão de uma cultura – a européia – a uma posição dominante mundial": o aprofundamento do horizonte de conhecimentos e a expansão do espaço geográfico.

> O primeiro tem como ponto de partida uma nova leitura da cultura clássica e conduz à secularização da vida civil, ao neoplatonismo galileano, que identifica o mundo exterior como estruturas racionais traduzíveis em linguagem matemática, à legitimação do Poder pela eficiência, finalmente à ampliação do espaço em que se pensa o homem. Essa autêntica revolução cultural, que irradia da Itália, abarca todas as manifestações da criatividade, estendendo-se dos estudos de anatomia, com Vessalius, aos de arquitetura, com Bramante. (FURTADO, 1984, p. 18)

Essa expansão progressiva do pensamento racional sustenta-se, segundo o autor, no desenvolvimento, nos dois séculos anteriores, da economia de mercado, "em detrimento das formas feudais de organização econômica e social. O cálculo econômico, que transforma a natureza e o próprio homem em fatores de produção, reforçava a visão racional do mundo exterior e era por esta legitimado." (FURTADO, 1978, p. 18)

> A segunda manifestação cultural de grande poder germinativo assume a forma de avanço da fronteira geográfica mediante a abertura de linhas de navegação intercontinentais. Por esse meio, amplia-se consideravelmente a base do processo de acumulação na Europa e estabelecem-se de forma permanente contatos entre as grandes civilizações contemporâneas

> do Ocidente e do Oriente. O foco de onde parte esse segundo vetor conducente à mundialização da civilização europeia é Portugal. (FURTADO, 1978, p. 18)

Esse avanço de Portugal representa, para o autor, uma "extraordinária **antecipação da modernidade**", na medida em que foi fruto de um projeto de grande magnitude, comandado pelo Estado, que exigia

> [...] um esforço coordenado em múltiplas frentes, pois se tratava de, ao mesmo tempo, desenvolver a técnica de construção de barcos para a navegação de longo curso, formar navegantes e outros especialistas, elaborar técnicas de navegação de alto-mar, acumular conhecimentos cartográficos, abrir novas rotas marítimas e terrestres. (FURTADO, 1978, p. 19)

A ameaça de unificação da Península Ibérica sob o comando de Castela ensejou uma "aliança precoce" entre a monarquia portuguesa e a burguesia de Lisboa que permitiria a consecução desse primeiro ambicioso projeto europeu de expansão comercial "cuja execução só poderia ser assegurada por homens de espírito mercantil." (FURTADO, 1978, p. 135) O autor destaca a figura do infante Dom Henrique que,

> [...] no meio século que antecedeu a sua morte em 1460 [...] dedicou-se exclusivamente a essa tarefa de preparar a exploração do desconhecido, criando para Portugal uma razão de ser na história grande da Europa [...]. A Dom Henrique se aplicam as palavras que Alexandre Koyré utilizou para traçar o perfil de Leonardo da Vinci, em quem se define o espírito do Renascimento: um homem da *práxis*, construtor de instrumentos, para quem o conhecimento não era objeto de contemplação e sim instrumento de ação. (FURTADO, 1978, p. 135)

Na Escola de Sagres, por ele criada,

> [...] emerge um novo espírito orientado para a ideia de *tecnologia*: trata-se de fundar em conhecimentos empíricos adrede recolhidos e criticados à luz da ciência da época, um projeto de ação em grande escala. A preocupação em ampliar os conhecimentos geográficos e em aperfeiçoar e criar instrumentos visando a uma maior eficácia na ação prefigura a mentalidade de engenheiro que é uma das marcas dos tempos modernos. Já no decênio seguinte à morte de Dom Henrique, um representante da burguesia de Lisboa assume a responsabilidade de financiar expedições, ao mesmo tempo que tinha início a exploração comercial da costa africana recém descoberta. Antes de terminado o século, os portugueses haviam estabelecido de forma operacional contacto transoceânico com a Ásia oriental, abrindo uma fase de expansão comercial sem par na história anterior da Europa. A chegada de Colombo, à frente de navios castelhanos, às supostas Índias ocidentais, situa-se nesse mesmo quadro de expansão transoceânica que fora concebido na primeira metade do século quinze, em Sagres. (FURTADO, 1978, p. 135)

A convergência da expansão do conhecimento realizada nesse contexto, em Portugal, com a revolução que vinha ocorrendo na Itália, consistindo "na incorporação ao universo intelectual, no curso de umas poucas gerações, da parte essencial do estupendo conhecimento que havia produzido a cultura grega clássica", (FURTADO, 1978, p. 136) já referida acima, é exemplificada pelo autor com o caso do avanço da cartografia na primeira metade do século XVI:

> Os portugueses da Escola de Sagres não chegaram a conhecer a Geografia de Ptolomeu; contudo, os conhecimentos que iam acumulando começaram a influenciar os cartógrafos italianos a partir da metade do século quinze. Assim, ao difundir-se a obra de Ptolomeu, a reflexão que ela suscita

> beneficia-se da visão mais rica do planeta que estava irradiando de Sagres. A significação dessa confluência de conhecimentos para suscitar novas hipóteses no espírito de homens como Colombo não é difícil de perceber. (FURTADO, 1978, p. 137)

> A cultura brasileira é um dos múltiplos frutos desse processo de mutação que assume a forma de desdobramento da cultura europeia a partir do início do século XVI. Mas tem de particular o haver emergido diretamente de um dos polos do duplo processo germinativo, (FURTADO, 2012, p. 35)

ou seja, daquele processo de articulação entre o Estado e o capital comercial português – que, segundo o autor, prefigura de algum modo também a solução inglesa e holandesa das companhias comerciais, instituições de direito privado que exercem funções públicas,[92] presente também na ocupação, defesa e exploração da América portuguesa. A "permanente preocupação em preservar e ampliar o patrimônio territorial, a despeito dos altos custos incorridos na defesa de vastas áreas sem perspectiva de valia econômica", (FURTADO, 1984, p. 19) se materializará na construção de um sistema de exploração exemplar, baseado em empresas agrícolas voltadas para a exportação, um dos braços do Sistema Atlântico que, articulando África, Europa e América, sob o domínio do grande capital comercial, beneficiário do tráfico negreiro, constituirá uma potente alavanca da acumulação primitiva no Velho Continente,

[92] "O monopólio do comércio das Índias exercido pelo Estado não refletia uma concepção burocrática da organização econômica; todas as pessoas que dele participavam, mesmo em tarefas humildes, beneficiavam-se de seus lucros. O seu objetivo central era o mesmo da grande empresa moderna que, conhecendo perfeitamente os seus mercados, pratica a administração de preços, condição indispensável ao planejamento a médio e longo prazo [...]. A *Corporation*, que no século seguinte será o grande instrumento da expansão comercial de holandeses e ingleses, é uma entidade concebida para desempenhar funções similares às que vinha cumprindo a Coroa portuguesa no comércio transoceânico." (FURTADO, 1978, p. 139)

da qual se beneficiará, finalmente, a Inglaterra da Primeira Revolução Industrial. (NOVAIS, 1979)

Nesse processo, a evolução do mercado de açúcar, segundo Furtado (1978, p. 141), é também "ilustrativa da interação de forças que levaram à dinamização econômica do período", desde a sua produção tradicional na área do Mediterrâneo, especialmente em Chipre, passando pela experiência da Ilha da Madeira, a meados do século XV, baseada em "técnica e soca de cana importadas da Sicília", que enfrentou dificuldades de comercialização. "O fato de que uns poucos decênios depois se inicie a produção no Brasil, em escala muito maior e a uma distância que implicava custos de transporte muito superiores, constitui clara indicação de que ocorrera uma mutação no sistema de comercialização." Todo o esquema receberá apoio financeiro dos holandeses, que instalam em Amsterdã "a grande indústria da refinação do açúcar que abastecerá praticamente todo o mercado europeu até meados do século dezessete." Assim, a oferta encontra a sua demanda e o açúcar passa a competir com a pimenta como principal produto de comércio marítimo. O resultado é espetacular:

> A abertura das novas linhas de comércio e a formação de vultoso potencial de meios de pagamento de aceitação geral são fatores de grande importância. Contudo, foi o aproveitamento desse novo horizonte de possibilidades pela burguesia atlântica, principalmente a dos Países Baixos, que então deslocava os italianos da posição hegemônica, que conduziu a uma mudança no curso geral da história europeia. O processo de ascensão da burguesia na estrutura de poder, que fora interrompido século e meio antes, podia agora retomar a partir de uma plataforma mais alta. (FURTADO, 1978, p. 142-3)

Conhecemos a história: entre o tráfico negreiro, a exploração do ouro americano pela Espanha, a expansão do comércio do açúcar

brasileiro, define-se a "hegemonia política, ao mesmo tempo que os critérios mercantis começam a impor-se ao nível da organização da produção." (FURTADO, 1978, p. 142) O Brasil é peça fundamental de todo o esquema. Aqui se instala a tecnologia mais avançada de produção e comercialização do açúcar, garantindo um monopólio que só será rompido depois que os holandeses, expulsos do Nordeste brasileiro, instalam-se nas Antilhas, com seu capital e o conhecimento de que agora dispunham. O fato é que

> [...] nos albores de nossa história, no século XVI, ocupávamos posição de vanguarda na tecnologia e desfrutávamos de um nível de vida dos mais altos da época. Foi a longa decadência da economia açucareira pela metade do século XVII, que produziu as rígidas estruturas sociais do Nordeste, esse caso extremo de subdesenvolvimento das Américas. (FURTADO, 2012, p. 32)

Dois elementos são fundamentais na **caracterização da cultura brasileira**, nessas condições, segundo Furtado. Por um lado, a constituição do povo brasileiro será extremamente **assimétrica**, tendo em vista que o elemento português não apenas partira de uma importante superioridade técnica, mas, sobretudo, durante todo o período colonial, foi o único que

> [...] continuou a alimentar-se de suas fontes culturais européias. Enquanto isso, os aborígenes e os africanos haviam sido isolados de suas matrizes culturais respectivas e, ao serem posteriormente privados das próprias línguas, perdiam o senso da identidade cultural. (FURTADO, 1984, p. 20)

Por outro lado, "as atividades mercantis, que comandavam todo o processo econômico, permaneceram mediatizadas por agentes metropolitanos", impedindo a formação de uma classe comerciante local capaz de disputar o poder, como ocorreria na América espanhola, onde "emergiu, na época colonial, uma burguesia mercantil,

que estará na origem dos movimentos independentistas que se manifestam em Buenos Aires, Caracas e México em 1810." No Brasil, ao contrário, a própria independência, em 1822, "foi obra de homens, como José Bonifácio de Andrada e Silva, com larga experiência no exercício de funções dentro do Estado português", enquanto as atividades comerciais de maior vulto seguiram em mãos de comerciantes portugueses. Assim,

> [...] na ausência de uma classe mercantil poderosa, tudo dependia do Estado e da Igreja. A criação cultural reflete a preeminência dessas instituições [...]. O quadro histórico em que se forma o Brasil [...] **congela o processo cultural no universo europeu pré-humanismo**.
>
> Durante os três séculos do período colonial desenvolveu-se no Brasil uma cultura que sendo portuguesa em sua temática e estilo, incorpora não apenas motivos locais, mas também valores das culturas dominadas. É na arquitetura e na escultura que se expressa a força maior dessa cultura, o que não deve surpreender posto que o Estado e a Igreja ocupam na sociedade espaço similar ao que haviam ocupado nas sociedades europeias pré-renascentes. (FURTADO, 2012, p. 37)

"Daí que se haja dito com razão ser o Aleijadinho, esse artesão e santeiro, o último grande gênio da Idade Média."[93] O resultado é dramático: "a extraordinária *performance* do processo cultural brasileiro nesse período teve, como contrapartida, **crescente distanciamento de uma Europa em rápida transformação cultural**", (FURTADO, 1984, p. 20-21) onde a eclosão do humanismo "abre um

[93] Em outros termos, "o ciclo barroco brasileiro constitui quiçá a última síntese cultural no espírito da Europa pré-Renascimento. Sua temática e seu poder morfogenético derivam da mesma visão do mundo que nutriu os pintores flamencos do Quatrocentos e da primeira metade do Quinhentos. Com o Renascimento dissolve-se a síntese cultural que encontrara nos círculos concêntricos de Dante sua expressão mais pura. A eclosão do humanismo abre um processo criativo que somente cristalizará em uma nova síntese com o romantismo." (FURTADO, 2012, p. 37)

processo criativo multifacetado, que virá a produzir uma nova visão global do homem conhecida como romantismo." (FURTADO, 1999, p. 62)[94]

A Europa da Revolução Industrial, ao promover um brutal aumento da produtividade do trabalho, intensifica a acumulação e aumenta o nível e a diversificação do consumo, ao mesmo tempo em que a nova divisão internacional do trabalho permite a um país especializado em produção agrícola para exportação "**acesso à moderna tecnologia sob a forma de produtos de consumo**, sem ter que investir para elevar a produtividade física do trabalho." (FURTADO, 1984, p. 22) A **assimetria cultural** da sociedade brasileira, numa situação de expansão da demanda internacional que garantia "vantagens comparativas estáticas criadas pela especialização", facilitava a importação de bens sofisticados por parte de **uma elite cada vez mais identificada com os valores externos**. É isto o que explica "a ruptura cultural brasileira pós-barroco." (FURTADO, 2012, p. 38)

Esse **comportamento imitativo** das elites nacionais, decorrente da adesão à "modernização dependente" terá como corolário a **redução da cultura do povo brasileiro a "uma referência negativa**, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não européia e recusando-se valia à sua criatividade artística." (FURTADO, 1984, p. 23) Em suma,

> [...] a modernização dependente fez que a **ruptura da síntese barroca** conduzisse a padrões de comportamento imitativos, a um crescente bovarismo e não a [um] novo processo cultural criativo, à diferença do ocorrido na Europa com a

[94] Trata-se do mesmo texto que venho trabalhando como eixo deste item, apenas preferi, neste caso, a versão revisada de *O longo amanhecer.* A versão do livro de 1984 é mais parecida com a do trecho citado na nota anterior. E segue: "o dinamismo desse novo quadro cultural reflete o fundo móvel de uma sociedade competitiva, onde a criatividade tecnológica é um dos principais recursos de poder." (FURTADO, 1984, p. 21; 1999, p. 62)

> passagem da visão de mundo medieval para o humanismo. (FURTADO, 1984, p. 23)

O surpreendente é que

> **desprezado pelas elites, o povo continua seu processo formativo com considerável autonomia**, o que permitirá que as raízes não européias de sua cultura se consolidem e que sua força criativa se expanda menos inibida, em face da cultura da classe dominante. A **diferenciação regional** do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares. (FURATDO, 1984, p. 23)

No século XX, o "traço mais saliente do processo cultural brasileiro" será justamente "a descoberta, casual ou buscada, do país real pelas elites." (FURATDO, 1984, p. 23) Um aspecto fundamental da encruzilhada em que se encontrava o país em meados dos anos 1980, quando o texto foi escrito, e que não se alteraram em essência até hoje, ainda que a conjuntura seja muito diferente, é a forma como se organiza a produção simbólica a partir da implantação da grande Indústria Cultural no Brasil.

Perspectivas de mudança

Furtado (1984, p. 31) se refere a esse problema quando afirma que "a **produção de bens culturais** transformou-se em **ciclópico negócio** e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados." A relação entre essa condição e as determinações impostas pela dependência cultural sobre a cultura material podem ser compreendidas a partir da análise da crise brasileira, que constituía o tema mais geral do livro. Essa crise

> [...] não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida, ela é a manifestação de um impasse que se apresentaria necessariamente em nossa sociedade, que pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a maioria da população de bens e serviços essenciais. Como não é possível evitar que se difundam, de uma ou outra forma, certos padrões de comportamento adotados pelas minorias de altas rendas, surgiu no País **uma contrafação de sociedade de massas** em que convivem formas sofisticadas de consumo supérfluo com carências essenciais no mesmo estrato social senão na mesma família. (FURTADO, 1984, p. 29-30)

E segue:

> Somente a **criatividade política** impulsada pela **vontade coletiva** poderá produzir a superação desse impasse. Ora, essa vontade coletiva só poderá surgir se se der um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura, cujas raízes estão na massa da população. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente terá que ser uma maior participação do povo no sistema de decisões. Assim, o desenvolvimento futuro poderá alimentar-se da criatividade de nosso povo e efetivamente contribuir para a satisfação dos anseios mais legítimos deste. (FURTADO, 1984, p. 30)

Critica os detentores do poder pela adoção de uma lógica economicista estreita determinada "pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais", quando o que se necessita é pensar o "**desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas**." Utopia? "Mas que é a **utopia** senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas

que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem?". É a formulação de utopias, nesse sentido, "ação de vanguarda [que] constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos **intelectuais** nas épocas de crise." Enfim, "**o debate sobre as opções do desenvolvimento exige hoje uma reflexão sobre a cultura brasileira**." Mais uma vez, é preciso "indagar as relações que existam entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento, entre a lógica dos **fins**, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação", que já conhecemos bem. (FURTADO, 1984, p. 31)

A questão-chave é "como preservar o gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade de ação, nossa eficácia, também são vetores de valores que com frequência mutilam nossa identidade cultural?". Antes de tudo, é preciso entender que "**seria equivocado imaginar que as técnicas são neutras**, pois refletem o contexto cultural em que surgem. As artes militares alimentam os instintos belicosos, porém elas já são o fruto de uma civilização guerreira." (FURTADO, 1984, p. 31)[95]

> A civilização material, engendrada pela industrialização, não é outra coisa senão o conjunto de manifestações externas de

[95] Vale citar a sequência desse raciocínio: "ademais, as técnicas se interligam como um sistema de vasos comunicantes. Ora, no mundo atual as técnicas que avançam mais rapidamente, que maiores fontes de financiamento têm à sua disposição, são aquelas ligadas às artes militares. Os demais campos da cultura estão expostos a seus efeitos indiretos, são cada vez mais influenciados pelos avanços que se realizam nessa área privilegiada." (FURTADO, 1984, p. 31-32) É inevitável lembrar-se da origem da **Internet**, a partir de uma demanda do departamento de defesa dos Estados Unidos da América, e a importância cultural que acabou assumindo. (BOLAÑO et al., 2007) Por outro lado, sobre a interligação das técnicas, vale recordar que "la gran industria [...] produce una renovación constante de los medios de producción, donde cada instrumento es apenas una fase de tránsito hacia otros superiores. La acumulación, pues, procede revolucionando sus propios métodos, por lo que la 'producción industrial' incluye la producción de progreso tecnológico." (FIGUEROA, 1986, p. 218) A dependência pode ser entendida, assim, como a subordinação da periferia ao desenvolvimento das forças produtivas que se dá no centro, como insiste Figueroa, enfatizando, corretamente, ao longo do seu livro, a importância do controle do "trabalho geral", em termos marxistas. Sobre o tema, ver também Bolaño. (2011 b, 2011c)

> um processo de criatividade cultural que abarca amplas esferas da vida social. A **panóplia de bens** que tem à sua disposição o membro da **sociedade moderna de consumo** constitui o resultado momentâneo de um longo processo histórico, no qual a reprodução das estruturas sociais, sempre em xeque, se dá num quadro em que a inventividade joga papel decisivo. Se é verdade que prevalece a lógica dos meios na orientação da acumulação – base da reprodução do sistema de dominação social –, também é certo que a ação política dá lugar a confrontações que favorecem a **formação da consciência crítica**. (FURTADO, 2012, p. 48)

Não é assim no caso da **industrialização em condições de dependência**, onde

> [...] as transformações estruturais representam um esforço de adaptação em face do transplante de técnicas geradas em sociedades que se encontram numa etapa mais adiantada do processo de acumulação [...] [N]ão existem evidências de que a industrialização dependente possa conduzir a formas sociais estáveis ou capazes de gerar uma consciência autorreguladora. A crescente **heterogeneidade social**, de que a chamada 'marginalidade urbana' representa um dos sintomas mais alarmantes, parece apontar na direção contrária. À instabilidade intrínseca em gestação responde um **autoritarismo preventivo** crescente, repressor das forças sociais que a industrialização dependente não conseguiu canalizar de forma construtiva. Portanto, em tais sociedades **não existe o esforço de inventividade no plano político, graças ao qual o desenvolvimento é a expressão da capacidade criativa de uma sociedade**. (FURTADO, 2012, p. 48)

Neste ponto, vale a pena seguir um pouco também a leitura que Octávio Rodriguez e Oscar Burgueño (2001, p. 84) fazem dos textos de 1984 em análise. Em primeiro lugar, esclarecem:

> Por trás das pautas de consumo continuamente renovadas, esconde-se uma apreciação especial pelo estrangeiro, a qual consiste na admissão de que o estrangeiro reflete as grandes conquistas do progresso, e de que a essas conquistas estão associadas considerações de destaque e prestígio social. Mas além disso, entende-se que essa apreciação especial do estrangeiro é acompanhada por uma ampla penetração de ideias e valores trasladados de outras culturas, e que em grande medida, tal apreciação expressa e reflete tais ideias e valores.

Não se trata, portanto, de um problema que se esgota no nível da cultura material, mas é no âmbito mais amplo da cultura na sua totalidade que a questão deve ser pensada. O fundamental, como insiste Furtado, é **preservar a identidade cultural**, sem o que "seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos." (FURTADO, 1984. 32) O que é muito difícil, seja pela sedução que a referida panóplia de bens, constantemente renovados, exerce, seja especialmente pelo fato de que, no que se refere sobretudo aos grupos dominantes da periferia, essa sedução vai além.

> Muitas das ideias e valores subjacentes na imitação do consumo, assim como na apreciação do estrangeiro que a mesma supõe, dizem respeito à ordem econômica, e também à ordem sociopolítica e ao contexto jurídico-institucional que o preside. Particularmente, adquirem uma influência destacada as ideias e valores relativos a essa ordem e a esse contexto, condicionando os horizontes de mudança que se propõem os distintos grupos sociais da periferia, especialmente os grupos dominantes. Em outras palavras, ao identificar-se cultural e ideologicamente com os centros, estes grupos distorcem e limitam sua visão da transformação mencionada e, consequentemente, orientam sua ação de

> modo a delimitar os alcances possíveis da mesma. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 84-5)

Nessas condições, a problemática da "inventividade política", que destaquei há pouco, referindo-me inclusive, em nota, à importância que Furtado dá à luta de classes, ganha especial significado. Para superar as dificuldades em relação à necessidade de subordinar a lógica dos meios àquela dos fins, é crucial a organização da **vontade coletiva** na busca da identidade cultural própria. Nesse sentido, a **autonomia cultural** é essencial e, portanto, a **política cultural** é elemento estratégico, estruturador da política de desenvolvimento:

> É certo que um maior acesso a bens culturais melhora a qualidade de vida dos membros de uma comunidade. Mas, se fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade e descaracterizar a cultura de um povo. Daí que uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a **liberação das forças criativas da sociedade**. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça. Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa. (FURTADO, 1984, p. 32)

Em suma, é preciso defender a **liberdade para criar**, "a mais vigiada e coatada de todas as formas de liberdade", acreditando no "gênio criativo do nosso povo. **A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural.**" (FURTADO, 1984, p. 32) Ou ainda: "a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento." (FURTADO, 2012, p. 34)

Para Rodriguez e Burgueño (2001, p. 91), a liberação das energias criativas que o reconhecimento da identidade cultural permite

seria a "força propulsora fundamental do que Furtado entende por **desenvolvimento endógeno**." Para os autores esse conceito importante de Furtado, intimamente ligado à questão da identidade cultural, indica a necessidade de "destravar" a criatividade nos três âmbitos considerados, enfatizando, não obstante, o plano da cultura não material estrito senso. Em outro texto, em que reproduz amplamente o mesmo raciocínio – no que nos interessa aqui – do que estamos examinando, Rodriguez desenvolverá a ideia de renovação da agenda do desenvolvimento. Isto é muito importante porque segue na trilha, que também é a minha, de releitura do conjunto do pensamento de Furtado a partir do seu conceito de cultura. Para Rodriguez (2006, p.185), Furtado postula

> [...] a necessidade de contar com uma **política cultural** que detone a criatividade nos três âmbitos da cultura, especialmente no terceiro, pois nele se inserem os fins mais elevados e potencialmente mais mobilizadores do próprio 'desenvolvimento endógeno': aquelas ideias e valores, incluídos certos **valores éticos** chave, que marcam suas grandes orientações e fins mais relevantes.

O objetivo: "abrir caminho [...] a uma firme **correção da heterogeneidade social**." (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 105)

Subculturas urbanas e desenvolvimento

Tanto no texto com Burgueño como no artigo (2006, p. 106), Rodriguez salta dessa asserção para "o tema do subemprego" à luz de umas "notas de classe de Carlos Lessa sobre a Formação do Brasil, ditadas no Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro", primeiras versões de 1998 e 1999. Já não se trata, aqui, do pensamento de Furtado, mas de um intento dos autores de resolver a equação entre cultura e desenvolvimento, que passa efetivamen-

te, em Furtado, e com toda razão, pelo reconhecimento da cultura popular, através de um pequeno *tour de force*.

Parte-se da ideia do Professor Lessa de que o subemprego representa formas de sobrevivência, "aproveitando ou autogerando oportunidades de ocupação e remuneração", constantemente renovadas, que expressam "grandes doses de criatividade". Esse exercício de criatividade, por outro lado, não se limita ao âmbito das relações econômicas, mas está inserido em um contexto social complexo, como, aliás, qualquer outra atividade ocupacional. Mas no caso do subemprego, e aqui se situa o aspecto problemático do raciocínio, há uma particularidade:

> [...] as relações que se constituem através do assalariamento são comparativamente escassas; por outro lado, são relativamente amplas aquelas que se dão através do pertencimento a uma variada gama de instituições formal ou informalmente estruturadas: os relacionamentos de tipo familiar, a simples vizinhança, as associações comunitárias ou de bairro, as organizações esportivas ou recreativas, as igrejas e cultos [...] [T]ais pertencimentos constituem em si mesmos manifestações da cultura popular. Ou melhor, é em seu seio e através deles que se vão expressando e enriquecendo variados elementos desse campo específico da cultura [...]. [O] subemprego consiste na concretização de estratégias de sobrevivência apoiadas na criatividade. Mas a criatividade que se plasma em tais estratégias inscreve-se num exercício da criatividade realizado simultânea e indissociavelmente em diversas esferas da cultura não material. Pode-se entender, então, que esse exercício seja portador das principais fontes de um florescimento da cultura popular que se vem fazendo mais e mais visível na América Latina, e que em muitos casos surpreende por sua amplitude e dinamismo. (RODRIGUEZ, 2006, p. 107)

Não quero seguir nesta apresentação.[96] A argumentação é visivelmente frágil e não condiz com o restante da excelente análise até aqui resenhada ou com a importância do trabalho de Rodriguez, pioneiro e principal referência na caracterização do conceito de cultura em Furtado, profundo conhecedor e construtor do estruturalismo latino-americano. Não há interesse em polemizar, mas é interessante verificar como o próprio Furtado enxerga o que ele chama de "**sistemas subculturais urbanos**" na *Pequena introdução ao desenvolvimento*. Não se trata de voltar agora à problemática das relações entre modernização e urbanização, fundamental na obra de Furtado (1980, p. 24), que considera a urbanização intensa e caótica da totalidade dos países subdesenvolvidos como "a manifestação mais visível [do] processo de desestruturação social" decorrente da modernização.

> O conceito de desemprego disfarçado, difundido pelos economistas a começos dos anos 50, constituiu a primeira tomada de consciência do problema, mas foram os estudos sobre *marginalidade urbana*, realizados pelos sociólogos no decênio seguinte, que permitiram melhor equacioná-lo e trazer à evidência a especificidade das estruturas sociais surgidas nesses países de industrialização retardada. (FURTADO, 1980, p. 24)

A ideia de sistema subcultural é definida na sequência:

> As massas demográficas, que a modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, buscam

[96] Fala-se da necessidade de uma "reconstrução cultural", apela-se a uma mestiçagem "inter-racial" específica da América Latina, ou da possibilidade de "renovar uma mescla de culturas fundadas em uma mescla de raças" que seria "portadora de significados e conteúdos éticos de real importância", especialmente a "assunção da igualdade como valor". (RODRIGUEZ, 2006, p. 208) No artigo solo de Rodriguez (2006, p. 205), avança-se ainda na definição dos "conteúdos éticos", referindo-se à "igualdade racial como valor", "igualdade dos seres humanos", incorporação de princípios "constitutivos das religiões superiores" etc.

> abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão de obra. Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização. (FURTADO, 1980, p. 24-25)[97]

São expressão, vale dizer, de **adaptações estratégicas** recorrentes da parte de uma população dominada que não tem outra alternativa de inserção na modernidade ocidental, dadas as condições objetivas da industrialização sob o subdesenvolvimento, que obstaculizam aquele "processo de criatividade cultural que abarca amplas esferas da vida social" que caracteriza a modernidade europeia, como vimos neste mesmo item, dificultando ao extremo a formação da consciência crítica. Trata-se de um problema absolutamente crucial do subdesenvolvimento, que é preciso atacar nos três âmbitos culturais enfatizados por Rodriguez. Até que ponto e em que sentido as referidas adaptações estratégicas devem ser tomadas em consideração na formulação de uma alternativa no sentido de reforma radical do sistema global de cultura é um problema importante e complexo.

A visão de Furtado pode ser intuída tomando-se, por exemplo, a consideração que fez sobre a greve em trecho do livro de 1978, citado no capítulo anterior, e que ele repete num artigo também da segunda metade dos anos 1970, publicado apenas na última das três coletâneas a que fiz referência ao início deste capítulo:

[97] A consequência, bem mais adiante, desse tipo de raciocínio, leva à caracterização de dois padrões de consumo muito diferentes, referentes a dois subgrupos diversos, um "cabalmente integrado nos circuitos da economia de mercado" e outro inserido "parcialmente em atividades de subsistência, principalmente no setor agrícola" ou pertencente ao "complexo mosaico das chamadas atividades econômicas informais." Note-se que não se trata de dualismo: "longe de existir um 'dualismo' na economia periférica, o que a caracteriza é [a] interação entre o mercado organizado de trabalho e o trabalho informal." (FURTADO, 1980, p. 90)

> [...] a invenção e a institucionalização da greve, instituição *sui generis* que possibilita o uso controlado da violência fora do Estado, é um exemplo dessa inventividade política da sociedade pluralista [...] [A] acumulação nessas sociedades tem como objetivo básico preservar um sistema de dominação social, mas ela não consegue se tornar efetiva sem transformações estruturais que a tornam dependente de uma corrente de inovações. (FURTADO, 2012, p. 46)

Duas décadas depois, na *Mensagem aos novos economistas*, fruto de uma palestra proferida na USP em 18 de agosto de 1998, incluída em *O longo amanhecer*, ele é ainda mais contundente:

> [...] **a história do capitalismo é uma história de luta de classes**. É aí que se geram as forças renovadoras. À primeira vista, uma greve parece algo negativo, mas foram as greves que permitiram às sociedades européias se transformarem e se modernizarem. (FURTADO, 1999, p. 87)

É nessa perspectiva que se deve buscar a solução do problema em Furtado. Dos trechos citados há pouco do livro de 1980, ele deriva uma defesa, nos seguintes termos, da interdisciplinaridade e da sua teoria da dependência:

> A *inadequação da tecnologia*, a que se referiram alguns economistas, de um ângulo de vista sociológico, traduziu-se na polaridade modernização-marginalidade. Foi o esforço visando unificar o quadro conceitual dessa problemática que produziu a teoria da *dependência*. Esta se funda na **visão global do capitalismo** – enfocado como um sistema econômico em expansão vertical e horizontal e como uma constelação de formas sociais heterogêneas – que permite **captar a diversidade no tempo e no espaço do processo de acumulação e as projeções dessa diversidade no comportamento dos segmentos periféricos**. (FURTADO, 1980, p. 25)

A relação macro/micro, nesse sentido, é crucial. Grandes são os autores, como Marx, ou o próprio Furtado, que logram compreender essa contradição em toda a sua extensão e profundidade. Boa parte da crítica de Néstor García Canclini e outros autores dos estudos culturais latino-americanos, a partir do seu desvio pós-modernista, nos anos 1980/1990, ao marxismo se faz com base em evidências micro particulares, sem as devidas e complexas mediações.[98] Não é o caso de Rodriguez, preocupado com a "reconstrução" de valores éticos perdidos com a modernização, mas não deixa de intrigar a semelhança entre a sua solução e a visão de García Canclini (2001), cuja exaltação populista a certas estratégias de adaptação das camadas populares, ao mesmo tempo em que descarta ligeiramente soluções mais radicais, já tive a oportunidade de criticar (BOLAÑO, 2013), principalmente porque Rodriguez (2009, p. 643) o toma como referência na discussão da "dimensão cultural do desenvolvimento."[99]

[98] Assim, a constatação de adaptações estratégicas em nível microantropológico, de resto interessantes, que as culturas populares realizam como estratégia de sobrevivência são tomadas como evidências para refutar princípios imputados ao "marxismo", conceito estranho tomado assim genericamente, sem qualquer referência bibliográfica, especialmente quando substituído por "certo marxismo", também sem qualquer explicação ou referência, o que torna o diálogo evidentemente difícil.

[99] Trata-se, por certo, de um trecho relativamente curto e despretensioso do livro, em que o autor procura apresentar uma perspectiva neodesenvolvimentista do problema, citando especialmente pesquisas da própria CEPAL, dos anos 2000, mas a leitura exala uma espécie de ideologia pós-modernista. Assim, a globalização, ao ampliar contatos e migrações, criaria um ambiente de identidades que se entrecruzam, novos padrões culturais desterritorializados, "produzindo uma verdadeira reorganização dos cenários culturais, com a emergência de novas identidades e a convivência de várias delas em cada sociedade." (RODRIGUEZ, 2009, p. 644) Citam-se identidades de todo tipo, mas evita-se, como é comum a muitos dos estudos culturais latino-americanos mais recentes, a referência a identidades de classe, ou à categoria trabalho, preferindo-se a ideia de comunidade. Admite-se, sim, a existência de conflitos e inclusive a necessidade de que se expressem, mas o objetivo é sempre "evitar a radicalização". Assim, por exemplo, "quando não se considera o caráter permanente das tradições e dos traços culturais em que se assentam as identidades, os projetos de modernidade [que é o que se pretende acima de tudo] podem conduzir a altos níveis de conflito e fomentar o nascimento de identidades 'antimodernas', entorpecedoras do caráter integrador e socialmente inclusivo que devem assumir modernidade e desenvolvimento." O resultado é uma espécie de instrumentalização da cultura, no sentido oposto ao de Furtado. Assim, "a potencialidade mobilizadora do sentimento de pertença (identidades) é visualizada como uma 'força cultural', concebível como impulso relevante do projeto de desenvolvimento.

Dos trabalhos de Furtado (1980, p. 26) sobre a América Latina e outros países, que não fazem parte do nosso *corpus* de análise, inclusive das impressões de viagem contidas em suas memórias, poderiam derivar-se exemplos de análise micro adequadas à sua ideia de que

> [...] a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constituiu-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais,

como já sabíamos da leitura de seu *Prefácio* e de outros trabalhos analisados aqui no capítulo segundo. Cito apenas três pequenos casos, bem despretensiosos, tirados de *A fantasia organizada*.

Primeiro: quando se refere à "única grande civilização que se desenvolvera cabalmente sem qualquer contato com as outras suas contemporâneas", afirma que "meditar sobre ela é captar as invariâncias do espírito humano, suas estruturas gerais, como diria Lévi-Strauss. Essa civilização fora estrangulada em seu momento de apogeu. O México nasceu desse ato de suprema violência." Em seguida se refere aos descendentes daqueles índios que, como ele, visitavam o Museu Antropológico da Cidade do México, em 1951, notando que "havia um ar de susto, como alguém que descobre nas dobras escondidas da memória coisas inesperadas." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 221-222) Observa, assim, o incômodo estranhamento quando a cultura do povo é a ele devolvida como ideologia organizada pelo Estado para servir à construção da nacionalidade.[100]

Alguns anos mais tarde, em 1955, Celso Furtado voltaria ao México, numa comissão da CEPAL, composta de dois mexicanos (Juan

---

Trata-se de fazer deste projeto uma construção compartilhada entre 'integrados' e 'excluídos', nas quais as mudanças pontuais promovidas nas dimensões sociopolítica e cultural convirjam e se retroalimentem." (RODRIGUEZ, 2009, p. 649-650)

[100] García Canclini (2001, p. 170), aliás, faz uma interessante análise do mesmo museu, ou melhor, do novo, magnífico, Museu Antropológico da Cidade do México, inaugurado no bosque de Chapultepec, em 1964.

Noyola e Oscar Soberón), o chileno Osvaldo Sunkel e ele próprio. Impressionava-o a riqueza da herança cultural do país, tanto a pré-colombiana como a da cultura colonial, em que a riqueza das residências dos grandes senhores superava "o que na época possuía de melhor a metrópole espanhola. Contrastava com a modéstia do que produzira como residências a nossa civilização do açúcar, mesmo o nosso século XVIII mineiro." O diálogo que manteve com Noyola é muito interessante. Ele argumentava que de lá surgiria "a grande civilização do Norte do continente americano", dada a admirável "riqueza das raízes culturais mexicanas [...] e o que está realmente sedimentado no homem é indestrutível." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 313) Noyola era mais pessimista:

> [...] preocupava-o a dependência de toda a *intelligentsia* para com o poder político, em rápida burocratização [...]. Parecia-lhe que o vazio deixado pelo desgaste dos mitos criados na Revolução estava sendo preenchido por uma metafísica oca da mexicanidade, onde desempenhava grande papel uma visão estética da morte, referida ao trauma deixado pela brutalidade da Conquista na alma do conquistado. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 313)

Em conclusão,

> [...] o debate intelectual no México tinha um lado extremamente sofisticado [...]. O quadro era impressionante, mas alguma razão tinha Noyola quando dizia que a *intelligentsia* mexicana estava como solta no ar, sem perceber o que ocorria de mais imediato no país [...]. O México padecia de esquizofrenia, quiçá para defender-se do sutil controle das atividades intelectuais que exerciam agentes do poder público, infiltrados por todos os lados. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 314)

A preocupação com o papel da ***intelligentsia*** de **mediadora** no processo de construção da nacionalidade, a partir da herança cultural,

e dos perigos presentes na burocratização, explicita bem a importância que Furtado dá à relação elite-povo, que desenvolverei mais na conclusão deste trabalho, bem como a sua aversão à tecnocracia, como bem esclarece Alfredo Bosi (2010), em trabalho que também retomarei na conclusão.

Segundo: quando fala das comunidades do altiplano equatoriano que

> [...] viviam em estado de vassalagem, presas à terra dos senhores de origem espanhola. Talvez por isso se conservaram unidas, e preservaram muitas das atividades de autosserviço. Em outras palavras: a economia monetária passara por elas contornando-as, roendo-as pelas beiras, mas sem desmantelá-las. A verdade é que os seus membros pareciam gozar de melhores condições de vida do que os índios favelados da periferia de Lima. As circunstâncias permitiram a sobrevivência de estruturas sociais 'arcaicas', em outras partes destruídas pelo 'progresso'. Ora, a partir de certo momento, as comunidades já não se limitaram à estrutura de autosserviço, passando a produzir um excedente monetizado (mediante compras fora). Posto que o excedente monetizado era produto do artesanato, portanto, tinha raízes culturais endógenas, a preservação destas passou a ser essencial para assegurar a renda da comunidade. Assim, devia haver formas de conservação do patrimônio cultural, o que era tanto mais importante quanto a opção que tinham as populações comunitárias de favelar-se nas periferias das grandes cidades. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 308)

Impressões de 1954. Trinta e seis anos depois, García Canclini (2001, p. 202-225) descreve outras situações de "culturas populares prósperas", para concluir pelo contrário, convertido às maravilhas da globalização, em 1982, ao encontrar um homem de 50 anos que assistia TV com seu pai numa loja em Teotitlán del Valle e que era capaz de "mover-se com fluidez do zapoteco ao espanhol e ao inglês,

da arte ao artesanato, de sua etnia à informação e os entretenimentos da cultura massiva, passando pela crítica de arte de uma metrópole." Frente a esta situação, o bom Néstor teve uma espécie de iluminação ao compreender "que minha preocupação pela perda de suas tradições não era compartida por esse homem que se movia sem demasiados conflitos entre três sistemas culturais." Uma experiência, pelo que relata, fundamental, que o leva de uma visão estreita do mais puro tradicionalismo folclorista diretamente às delícias do pensamento pós-moderno, sobre o qual Furtado só se manifestou, ao que me consta, uma vez, mas de forma que não deixa lugar a dúvidas:

> [...] no nosso mundo a expressão **pós-moderno** é um disparate completo. Nunca se é completamente moderno, portanto, não se pode ser pós-moderno. Pós-moderno seria um obscurantismo, seria você ter realmente que sair do mundo em que as coisas são transparentes, lúcidas, claras e podem ser explicadas. (FURTADO, 2005, p. 28)

Terceiro: "algum tempo depois" da visita ao Equador, Furtado (1997, t. 1, p. 308) visita o altiplano da Bolívia

> [...] que acabara de ser convulsionado por uma autêntica revolução que varrera a estrutura latifundiária. Quando nos aproximamos das terras de certas comunidades, tínhamos de nos identificar a índios armados que tudo inspecionavam. O estrito controle das comunidades indígenas tivera um efeito bumerangue contra os latifundiários. Os indivíduos expulsos das comunidades pelos senhores das terras foram utilizados pelo partido revolucionário como elemento desestabilizador. Bastou doutriná-los e devolvê-los sub-repticiamente à comunidade sob uma cobertura qualquer. Também neste caso, a preservação das estruturas comunitárias desempenhava importante papel no processo de transformação social.

Caso extremo de inventividade no plano da cultura da parte da *intelligentsia* revolucionária, que serve efetivamente como mediadora legitimada frente à comunidade popular, lançando mão da herança preservada, garantidora de autonomia cultural, para promover a mudança social. Sobre o conceito de **mediação**, definidor do campo da Comunicação, ver Bolaño (2013).[101]

As TIC e a dimensão cultural do desenvolvimento

No texto que vínhamos examinando no item anterior, Rodriguez e Burgueño (2001, p. 92) levantam, a certa altura, a questão do **novo paradigma tecno-econômico**, de forma compatível com o meu próprio pensamento sobre a matéria, questão que levantam em termos de um desafio furtadiano. O paradigma seria caracterizado pelo desenvolvimento das "**tecnologias da informação**: a microeletrônica, a informática e as comunicações", possuidoras de "uma notável aptidão para difundir-se pelos mais variados tipos de atividades, ramos e setores."[102] Caracteriza-se pela

> [...] rapidez e continuidade com que se geram **novos bens e serviços** e se transformam as características e qualidades de muitos outros. A difusão do uso de tais bens se torna explícita nos **padrões de consumo**, ou melhor, na frequência com que estes se modificam. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 92)

[101] Para uma boa primeira aproximação ao campo da Comunicação, vide Moragas SPÀ (2011). Vide também Melo (1992, 2007), entre outros trabalhos do autor.

[102] Apenas uma pequena observação crítica: o termo "comunicação" parece referir-se a telecomunicações ou a englobar comunicações e telecomunicações sob um mesmo guarda-chuva. Em todo caso, o texto se filia, conforme expresso na sua nota 25, a uma linha de pensamento, representada pelo conhecidíssimo trabalho de Manuel Castells, frequentemente criticado pelo seu determinismo tecnológico. O conceito de paradigma tecno-econômico é vinculado à escola neo-schumpeteriana, mas outros autores importantes também são incorporados, como Luciano Coutinho, ou Chesnay. Para uma boa crítica de Castells, vide Lopes (2008).

Três fatores estão relacionados na expansão do novo paradigma: a natureza das tecnologias, dos agentes concretos envolvidos e de mudanças nas estruturas de mercado. A este respeito, notam os autores que há uma forte tendência à **concentração de capital, o que não reduz a concorrência**, antes pelo contrário:

> Mesmo sob novas condições, em que muitos mercados tendem a constituir-se definitivamente como oligopólios, a concorrência se acirra e aguça: e nela, o próprio progresso técnico passa a ter um papel fundamental. Com efeito, tais condições obrigam as empresas a procurarem umas às outras e a manter padrões de eficiência e competitividade elevados, através da geração e/ou adaptação de processos e produtos e, desse modo, da diferenciação de bens de consumo e de serviços de natureza distinta. Impulsionada pela concorrência, a difusão dos modos de satisfazer necessidades de consumo adquire uma amplitude extraordinária. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 92-93)

Essa nova onda, podemos dizer, de difusão da sociedade de consumo é impulsionada pela "**revolução das comunicações**" (aqui cita-se Castells, ver nota anterior), a "força principal de impulsão e o meio técnico chave que estão na base de uma tão frequente renovação dos padrões de consumo; a qual, por sua vez, reflete acentuadas **tendências à diversificação e sofisticação dos padrões**." (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 93) O processo se dá em nível internacional, ampliando-se a **liberalização** dos mercados de bens e serviços, a universalização da concorrência e a penetração na periferia dos processos, produtos e padrões de consumo provenientes do centro. Neste ponto, os autores retomam a posição de Furtado a respeito do caráter imitativo do desenvolvimento periférico e a valorização do estrangeiro que essa situação acarreta. A implantação do novo paradigma na periferia é vista então nos seguintes termos:

> **A imitação é facilitada e aguçada pela revolução nas comunicações**. A apreciação especial do estrangeiro acaba por ser validada pela enorme sofisticação dos novos produtos e das necessidades que satisfazem, assim como pela continuidade das mudanças nestas e naquelas. Acentua-se, desse modo, a penetração e a adoção de ideias e valores também estrangeiros, que encontram respaldo nas **expectativas** de aprofundamento contínuo da revolução tecnológica, e por consequência do aumento sustentado e generalizado do bem estar e da riqueza. **Tais expectativas ocultam a priorização exacerbada do consumo e do aumento da riqueza material**. As próprias expectativas e as prioridades que abrigam têm forte presença nos conteúdos dos chamados '**bens culturais**'. Gerados em enorme proporção nos grandes centros, eles nutrem atividades de disseminação e similares que se vão modificando e expandindo, como partes que são de padrões de consumo marcados, também, pela diversificação e a mudança. Aliada à revolução nas comunicações [...], **a capacidade de cooptação de tais bens, oferece forte impulso à transmissão das expectativas e prioridades recém-mencionadas**. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 93-94)

Independentemente de eventual diferença de enfoque, referente ao que afirmei na nota anterior, temos aqui uma boa descrição da atual problemática das tecnologias da informação e da comunicação numa perspectiva próxima à de Furtado. O fundamental, para a continuidade da nossa discussão, é que

> [...] os bens culturais passam a desempenhar um papel de destaque na penetração de ideias e valores que privilegiam os meios do desenvolvimento, ao passo que por isso mesmo borram os traços de seus grandes fins, isto é, daqueles fins que, segundo Furtado, expressam e favorecem o enriquecimento da cultura não material. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 94)

Note-se que não estamos longe da ideia de industrialização da superestrutura dos frankfurtianos, ou daquela vitória mais brilhante do capital, com a constituição da Indústria Cultural, no século XX, quando passa a expandir-se uma cultura especificamente capitalista – organizada à base de subsunção do trabalho – a que me referi em Bolaño (2000). O que vivemos hoje, com a internet especialmente, é a radicalização desse movimento, que tem raízes muito antigas. (BOLAÑO, 2002; BOLAÑO et al., 2004, 2013)

Nos termos de Furtado, recuperados pelos autores, parece que os bens culturais, que em princípio serviriam para atender a necessidades vinculadas à dimensão propriamente cultural, à cultura no seu sentido espiritual, acabam se tornando eles mesmos veículos da cultura material que, como vimos, unificou-se no centro a partir da consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, no pós-guerra, passando a difundir-se em ondas que, de tempos em tempos, promovem aquele processo de destruição criadora que constitui a essência da inovação no capitalismo. Desde o pós-guerra, pelo menos, esse processo passa pela cultura não material, plenamente incorporada à lógica da produção capitalista. E têm ainda razão os autores quando, em seguida, dão um passo adiante:

> A revolução nas comunicações resulta ainda decisiva para uma difusão de ideias e valores à qual não é alheia a intencionalidade, no sentido de que se busca com eles a realização de objetivos predefinidos, tanto no âmbito econômico como no sociopolítico. Essa difusão é promovida por grandes grupos de interesse que atuam nos dois âmbitos, em conexão e como parte de suas estratégias de concorrência e/ou expansão. Mas a difusão também depende, e de modo crucial, do impulso que lhe dão os grandes centros de poder, cuja ação vem a ser, em boa medida, condicionada pelos interesses daqueles mesmos grupos. As ideias e valores que se difundem a partir dessas fontes são apresentadas como fundamentos racionais de posições geopolíticas, a partir das

> quais estimulam-se alterações nos regulamentos internacionais, em geral mediados pelas instituições e organismos internacionais de maior relevância. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 94)

Há dois problemas nessa conclusão que vou apenas apontar. De um lado, toda a dominação aparece como vinda de fora, uma perspectiva já amplamente superada no campo da Comunicação. (BOLAÑO, 2013) De outro, faltou um passo decisivo: localizar a contradição dessa estrutura, que é evidente nos usos que em muitos momentos foram dados à rede por diferentes movimentos sociais. Seja como for, a tendência principal está bem definida, pois, se a hegemonia defronta-se sempre, pela sua própria natureza, com a contra-hegemonia, não há como negar, como ocorre com muita frequência, que se trata de um problema de poder econômico, no sentido de Furtado aqui discutido.

O próprio Furtado (1998, p. 37-39) não avança muito nessas questões para além daquilo que já foi exposto acima. Em *O capitalismo global*, por exemplo, dez anos depois, volta a ele, primeiro, no ensaio sobre "globalização e identidade nacional", em que reafirma que "as novas **técnicas de comunicação e de tratamento da informação**" têm um impacto sobre a alocação das atividades produtivas, tendendo a "concentrar em áreas privilegiadas do mundo desenvolvido as **atividades criativas, inovadoras ou simplesmente aquelas que são instrumento de poder**." Por outro lado, "com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais [e] as atividades estatais tendem a circunscrever-se às áreas sociais e culturais." **A grande questão** do momento é posta nos seguintes termos: "como preservar a identidade cultural e unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro?".

No capítulo sobre "A superação do desenvolvimento", o autor esquematiza as diferentes experiências históricas de intentos nesse sentido e conclui que, "no mundo atual, certas condições devem ser cumpridas pelo país de economia periférica que pretenda superar o subdesenvolvimento", (FURTADO, 1998, p. 54) a saber:

a. um grau de autonomia de decisões que limite o mais possível a drenagem para o exterior do potencial de investimento;

b. estruturas de poder que dificultem a absorção desse potencial pelo processo de reprodução dos padrões de consumo dos países ricos e assegurem um nível relativamente alto de investimento no fator humano, abrindo caminho para a homogeneização social;

c. certo grau de descentralização de decisões empresariais requerido para a adoção de um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo;

d. estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder

Tudo isso depende do "exercício de uma forte vontade política apoiada em amplo consenso social". Mais adiante, discutindo "os novos desafios", lembra-se da luta pelo planejamento e insiste que

> as modificações estruturais deveriam ser vistas como **um processo liberador de energias criativas**, e não como um trabalho de engenharia social em que tudo é previamente concebido. O objetivo estratégico seria **remover os entraves à ação criativa** do homem. (FURTADO, 1998, p. 63)

E completa:

> Eu tinha consciência de que **o verdadeiro desenvolvimento** dá-se nos homens e nas mulheres e tem importante dimensão política. A visão global também me fez perceber, desde meados da década de 70, que a fratura do subdesenvolvimento se faria mais deformadora à medida que se aprofundasse a crise manifesta que aflige a **civilização consumista planetarizada**. Que é inerente a essa civilização um processo depredador, já o sabíamos há muito tempo: as fontes de energia em que se funda o **estilo de vida** que ela estimula caminham para a exaustão, eleva-se a temperatura em nosso ecúmeno e é progressivo o empobrecimento da biosfera. (FURTADO, 1998, p. 63)

Nessa linha, retomando a discussão sobre a conferência conhecida como Rio-92, aponta que

> a ideia nova que começa a despontar é a de responsabilidade dos países que constituem a vanguarda da civilização industrial com respeito às destruições, custosamente reparáveis, causadas ao **patrimônio comum da humanidade constituído pelos bens naturais e pela herança cultural**. (FURTADO, 1998, p. 65)

Em todo o livro, a relação entre cultura e desenvolvimento, nos termos que já conhecemos, é reafirmada, mas no capítulo sete a questão se apresenta de forma sintética e especialmente clara. O ponto de partida é a constatação de que "**a qualidade de vida nem sempre avança com o avanço da riqueza material**", não apenas no sentido de que muitos ficam de fora dos frutos do desenvolvimento, mas, no caso, diz ele, "refiro-me aos segmentos populacionais que, embora conheçam uma significativa elevação do seu nível de vida material, continuam **prisioneiros de estreitos padrões culturais**". (FURTADO, 1998, p. 69) Assim:

> Com efeito, a experiência tem demonstrado amplamente que a elevação do nível de vida material não se faz acompanhar necessariamente de melhora nos padrões de vida cultural, reproduzindo-se via de regra a estratificação social existente no passado. A acumulação de bens desemboca, com frequência, em aumento do desperdício de certas faixas de consumo, não conduzindo a uma efetiva diversificação deste, portanto, sem produzir um real **enriquecimento da vida**. (FURTADO, 1998, p. 69)

Volta em seguida à questão das relações entre fins e meios e enfatiza: "ora, **os fins a que estou me referindo sãos os valores das coletividades, os sistemas simbólicos que constituem as culturas**." (FURTADO, 1998, p. 70) E conclui:

> [...] se a política de desenvolvimento objetiva enriquecer a vida dos homens, seu ponto de partida terá que ser a percepção dos fins, dos objetivos que se propõem alcançar os indivíduos e a comunidade. Portanto, **a dimensão cultural dessa política deverá prevalecer sobre todas as demais**. (FURTADO, 1998, 70)

A questão é posta em seguida em termos dos custos do desenvolvimento. A problemática ecológica é retomada, deixando claro que o seu reconhecimento permitiu aprofundar uma visão crítica, "**explicitando os custos não contabilizados dos processos produtivos**." (FURTADO, 1998, p. 71) O problema da cultura será posto em seguida em termos semelhantes:

> [...] mas o que nos preocupa diretamente é o ponto de vista cultural. **A cultura deve ser observada, simultaneamente, como um processo acumulativo e como sistema**, vale dizer, algo que tem uma coerência e cuja totalidade não se explica cabalmente pelo significado das partes, graças a efeitos de sinergia. (FURTADO, 1998, p. 71)

Nos países de industrialização por substituição de importações,

> **[...]a acumulação de bens culturais é em grande parte comandada do exterior**, em função dos interesses dos grupos que dirigem as transações internacionais: **a coerência interna do sistema de cultura está, em consequência, submetida a pressões destruidoras**. Pensar e mesmo vestir-se de forma disfuncional podem ser estilos de vida levados a extremos; certas formas de urbanização podem conduzir à destruição de um importante patrimônio cultural. Explica-se assim que o desenvolvimento material dos países de economia dependente apresente um **custo cultural particularmente grande**. As descontinuidades entre o presente e o passado não são apenas frutos de rupturas criativas; mais comumente, refletem a prevalência da lógica da acumulação sobre a coerência do sistema de cultura. (FURTADO, 1998, p. 71)

Assim, a política cultural torna-se especialmente importante em sociedades nas quais

> [...] **o fluxo de novos bens culturais possui grande autonomia com respeito ao próprio sistema de cultura, cuja coerência é permanentemente submetida à prova**. Daí a importância do conceito de **identidade cultural**, que enfeixa a ideia de manter com nosso passado uma relação enriquecedora do presente. (FURTADO, 1998, p. 71-2)

E, para que não restem dúvidas:

> Quando nos referimos à nossa identidade cultural, o que temos em conta é a **coerência de nosso sistema de valores, do duplo ponto de vista sincrônico e diacrônico**. Esse é **o círculo maior que deve abarcar a política de desenvolvimento, tanto econômica como social**. Somente uma clara percepção da identidade pode instilar sentido e direção a nosso esforço permanente de renovação do presente e construção

> do futuro. Sem isso, estaremos submetidos à lógica dos instrumentos, que se torna tanto mais peremptória quanto tende a prevalecer a dimensão tecnológica. (FURTADO, 1998, p. 72)

Note-se que a **questão regional**, ligada à caracterização da diversidade cultural brasileira, como mencionado acima, é central e deve ser pensada nessa perspectiva:

> Somente a vontade política pode evitar que a difusão da racionalidade econômica venha transformar um tecido social diversificado num amálgama de consumidores passivos. E essa vontade política entre nós é inseparável do federalismo. O problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira é exatamente esse de estimular a capacidade criativa em todos os segmentos, capacidade que entre nós tem raízes regionais. (FURTADO, 1999, p. 53)

Mas, em todo caso, a identidade nacional – com toda a sua multiplicidade, fundada que é na diversidade, na mestiçagem etc. – é que constitui o substrato do sistema de cultura, cuja coerência interna deve ser preservada acima de tudo. O problema não se resolve, como deve estar claro, pela nacionalidade da propriedade dos meios de difusão de bens culturais, nem mesmo da nacionalidade das produções, pois mesmo as empresas ou os produtos nacionais podem estar perfeitamente integrados à corrente hegemônica de expansão dos valores e dos padrões de consumo e estilos de vida que constituem a cultura capitalista globalizada. A perspectiva de Furtado, embora ele não avance nos detalhes, é fundamental para a crítica das tecnologias da informação e da comunicação, das indústrias culturais, ou da produção de bens simbólicos.

Economia política e política cultural

Na verdade, revisando o que já foi exposto até aqui, veremos que a sua contribuição para a compreensão dos problemas apontados neste e no item anterior, de interesse direto para os estudos de comunicação e de cultura, se dá em pelo menos três níveis: (a) o principal, de caracterização do sistema global de cultura, incluindo todas as questões referentes à dependência cultural, as suas relações com o desenvolvimento e o subdesenvolvimento etc.; (b) o da análise da informação e das tecnologias a ela relacionadas na estruturação dos sistemas de poder; (c) o dos importantes *insights* no campo da economia política da comunicação e da cultura que fui pontuando acima. No agregado, já se pode deduzir que se trata, mesmo não explicitada nesses termos – o que deve ser entendido como um desafio para as novas gerações –, de todo um marco teórico – elaborado em diferentes níveis de abstração, de acordo com o seu método histórico-estrutural e numa perspectiva epistemológica complexa, manejando ferramentas sofisticadas provenientes de diferentes ciências sociais, da economia à antropologia, passando pela sociologia e a ciência política, sobre uma sólida base histórica e filosófica – muito próximo daquilo que hoje definimos como economia política da comunicação e da cultura, especialmente, no caso dele, de uma economia política da cultura preocupada, em última instância, com aquele "verdadeiro desenvolvimento", que exige uma política cultural, no sentido aqui discutido.

O pouco material organizado de que dispomos – à falta ainda de uma pesquisa recorrendo a fontes jornalísticas da época, documentos e entrevistas, para entender melhor as relações entre a sua teoria da cultura e a prática política a ela associada – sobre o período em que esteve à frente do Ministério da Cultura é o que foi felizmente publicado na segunda parte de Furtado (2012, p. 51). As próprias características do material (pequenos discursos, rápidas apresentações de propostas, políticas, eventos), obrigando o autor a sintetizar ao máximo as suas ideias, facilita o acesso às linhas

mestras da sua economia política da cultura, desde os seus princípios mais gerais, como a **definição de cultura** como "a dimensão qualitativa de tudo o que cria o homem", no seu discurso de posse no Ministério, em fevereiro de 1986, até a delimitação das especificidades da economia dos bens culturais. Seguindo, então, com o discurso de posse, "**o que tem sentido profundo para o homem é sempre qualitativo**."[103] É comum, diz o autor, que nos preocupemos com cultura "quando esta se apresenta em suas formas mais significativas, quando o qualitativo nos escolta o espírito". Assim,

> [...] os **objetos de arte**, pelo fato de que incorporam uma mensagem que nos toca a sensibilidade, a imaginação, com frequência respondem a necessidades profundas de nosso espírito, aplacam nossa angústia de seres a um só tempo gregários e solitários. O homem, com seu gênio criativo, dá significação às coisas, e são essas coisas impregnadas de significação que constituem a nossa cultura. (FURTADO, 2012, p. 51)

E segue:

> Em seu esforço para enriquecer a própria vida e a sociedade em que está inserido, o homem cria a cultura. Não esqueçamos que **o homem é um ser em formação e que é por seu próprio esforço que ele avança nesse caminho**. É natural, portanto, que o homem sempre se sinta desafiado, **confrontado ao mistério de si mesmo**. As obras superiores de seu espírito são respostas a esse desafio, mergulhos nesse mistério. (FURTADO, 2012, p. 51)

Mas essa visão ontológica da questão – que, como vimos, bebe em Hegel, mas também se serve de Marx e de Lukács – não se deixa

[103] O que não eliminará a necessidade de produção de estatísticas culturais, das quais o MinC foi pioneiro à sua época, como quando encomendou o estudo *Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil*, realizado pela Fundação João Pinheiro. (BRASIL, 1988)

limitar a esse plano "superior" da cultura, reconhecendo-a "impregnada em todos os momentos de nossa vida". E mais: "eu diria mesmo que **a dimensão cultural do nosso cotidiano é o mais significativo no que respeita a uma política cultural**." (FURTADO, 2012, p. 52) E logo avança uma ideia fundamental, que certamente seria desqualificada em alguns círculos do campo da Comunicação, por exemplo, citados acima,[104] como pertencente a um "certo marxismo", mas que é fundamental para outros: "a fábrica deve preocupar-nos tanto na formulação de uma política cultural quanto os ambientes de simples diversão."[105] Em seguida, fala também, na mesma linha, da importância do espaço habitacional para a política cultural e conclui: "a preocupação com o cotidiano, ou a dimensão cotidiana da cultura, contém grande parte da resposta à pergunta que formulei: que é cultura?"

> Mas vivemos numa **civilização em rápida transformação**. Numa época de **revolução nas tecnologias da comunicação**. A cultura não é apenas o acervo que recebemos do passado. Por mais importante que seja a defesa da herança cultural, não podemos desconhecer que **a essência do homem** como criador de cultura reside em sua criatividade, em poder **romper com o passado ao mesmo tempo em que dele se alimenta**. (FURTADO, 2012, p. 52-3)

Note-se a importância dada às tecnologias da comunicação (não fala em informação desta vez) na definição da grande transformação pela qual está passando a civilização industrial em nossos dias e o claro reconhecimento da necessidade da política cultural en-

[104] Mas o próprio Professor Jesús Martín-Barbero (1987), em trecho que citei em Bolaño (2013), aponta, de forma mais sóbria, por certo, a necessidade dos estudos culturais afastarem-se do mundo do trabalho, privilegiando outros espaços do cotidiano.

[105] E explica: "na nossa civilização puramente mercantil o homem foi transformado em simples força de trabalho, em instrumento, parte de uma engrenagem regulada mecanicamente. Ora, essa visão da organização do trabalho tende a ser abandonada em benefício de outra em que a qualidade de vida do trabalhador é vista como um fator autônomo de produção, já não prevalecendo contradição entre eficiência e qualidade de vida." (FURTADO, 2012, p. 52)

frentar a tensão entre preservação da herança cultural, que é a base, como vimos, da identidade, e estímulo à criação, à liberdade criativa, também já visto, que implica em questionamento das tradições, sabendo que "**o ato criativo é tanto ruptura como processo que se alimenta da herança cultural, a qual é captada no seu recorte histórico regional, em suas relações com o ecossistema e levando na devida conta a estrutura social em que emerge.**" (FURTADO, 2012, p. 103)

> Como ato de ruptura, a criatividade alimenta-se com frequência da ação de **grupos contestadores** que, em uma sociedade aberta, devem encontrar espaço para atuar. Demais, como a herança cultural e a criatividade se inserem na **pluralidade étnica** do país, o avanço na conscientização das populações negras e indígenas é visto como ampliação do horizonte cultural. (FURTADO, 2012, p. 104)

Quanto à política cultural, nessas condições, não deixa dúvidas: "criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude – eis **a essência do que chamamos de democracia**." Cabe ao Ministério "**estimular a criatividade a serviço da melhoria da qualidade da vida do conjunto da população**." Está implícita aí também a ideia de **política cultural como política social**, consequência natural da sua concepção de cultura e desenvolvimento e da sua visão de mundo em geral, como deve ter ficado claro até aqui. Assim, "o que chamamos de política cultural não é senão um desdobramento e um aprofundamento da política social", numa situação em que é preciso modificar "uma tendência estrutural de caráter antissocial", o que requer "uma deliberada ação política", (FURTADO, 2012, p. 62-63) de modo que, embora a economia brasileira seja "dotada de grande vitalidade", o

> **[...] verdadeiro desenvolvimento** – se entendermos por tal a elevação do nível de vida do conjunto da população – depende, entre nós, de um projeto politicamente conduzido.

> Ao Estado cabe mais do que abrir espaço para que atuem as forças do mercado. Tarefa não menos importante é introduzir modificações estruturais que corrijam a tendência à concentração de renda e riqueza. (FURTADO, 2012, p. 63)

Nessas condições, os objetivos maiores da política de desenvolvimento são de caráter social e, mesmo que os instrumentos para tal sejam muitas vezes os econômicos, a política cultural é o que deve definir o sentido último da ação política como um todo, já que o essencial da cultura "reside em que ela é a resposta a problemas permanentes do homem" e, nesse sentido, a capacidade criativa deste é fundamental na luta pela democratização do país, então recém-saído do período militar, e "pelo direito de participar na invenção do próprio futuro". Nesse sentido, a sua missão frente ao Ministério é formulada nos seguintes termos:

> Assim como a cultura é algo em permanente transformação, a nossa tarefa principal consiste em descobrir o futuro nas contradições do presente. O mais difícil é pôr em dúvida aquilo que já está cristalizado em nossas cabeças. A capacidade criativa é algo que está em todos os homens, ainda que seja aproveitada de forma muito desigual. Se na juventude ela se apresenta com toda a força, é porque nessa fase da vida com mais frequência somos capazes de duvidar daquilo que está estabelecido. A reconhecida capacidade criativa de nosso povo decorre em boa medida de sua própria juventude. (FURTADO, 2012, p. 55)

A política cultural está relacionada com aquela "ordem superior" de **necessidades** – que transcendem as necessidades essenciais (alimentação, vestimenta, habitação, proteção à vida), ou aquelas "também quase instintivas" (desejo de convivência, comunicação, afetividade e segurança) – definidas como "especificamente humanas", tais como "o desejo de conhecimento do mundo e de si mesmo, o sentimento estético, a pulsão criativa, que se projeta na aspiração

de modificar o mundo exterior". (FURTADO, 2012, p. 63) Para ter credibilidade, uma política cultural, que diz respeito a esse terceiro nível de necessidades, pressupõe

> [...] uma política econômica e social que assegure o emprego, o crescimento da economia e a satisfação das necessidades básicas da população. Mas não tem fundamento imaginar que somente as sociedades que já satisfizeram suas necessidades de base instintiva têm aspirações de ordens superiores. Não se pode desconhecer que o desenvolvimento cultural contribui para a tomada de **consciência** do atraso acumulado na própria satisfação das necessidades básicas e da urgência de que sejam introduzidas mudanças estruturais na matriz do sistema econômico. Assim, **a reforma agrária está sendo realizada entre nós como resultado da conscientização de amplos grupos sociais, o que por seu lado se deveu a avanços no plano cultural**. (FURTADO, 2012, p. 64)

Fica para uma próxima ocasião a relação dessa referência à reforma agrária com as reflexões de Furtado sobre o Nordeste e sobre a sua luta pela criação da SUDENE, em textos dos anos 1960, ou na obra autobiográfica, quando se refere, por exemplo, às Ligas Camponesas, ou ainda na sua defesa do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Em todos os casos evidencia-se tanto aquela dimensão político-institucional da sua definição de criatividade, a que nos referimos acima, seguindo Octavio Rodríguez, quanto a criatividade nesse sentido do próprio Furtado como ator político, não só à frente do MinC. O que interessa aqui é a sua definição de política cultural:

> A **política cultural** consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade. Ela pressupõe um clima de liberdade e a existência de uma política abrangente dos poderes

> públicos que dê prioridade ao social. Essas condições são suficientes para que a atividade cultural brote da própria sociedade, para que se manifeste e desabroche o gênio criativo dos indivíduos. (FURTADO, 2012, p. 64)

Essa é a perspectiva por trás, por exemplo, da sua política de incentivos fiscais à cultura, diferente daquelas que o Brasil adotou posteriormente. (BOLAÑO; MOTA; MOURA, 2011) Mas se trata de condições necessárias, não "suficientes para que se obtenha um desenvolvimento cultural. Igualmente necessária é uma ampla difusão dos valores, a fim de que estes se incorporem efetivamente ao viver da população." (FURTADO, 2012, p. 64-5) Cabe também, na definição da política cultural, a defesa dos bens culturais, frágeis por natureza, e aqui retoma a relação entre estes e os bens naturais, ambos prejudicados pelo avanço da acumulação capitalista. "E, por último, não devemos perder de vista que vivemos **um processo de crescente interação dos sistemas de cultura**, sob o impacto do formidável desenvolvimento da **indústria cultural**." É uma pena que o autor tampouco avance mais na discussão desse objeto-chave da economia política da comunicação e da cultura, embora a questão esteja posta de forma justa, enfatizando, neste caso, o impacto da unificação cultural a partir do centro na organização dos sistemas nacionais de comunicação e cultura, sem margem a dúvidas.

Na sequência do raciocínio, prefere levantar duas questões referentes às dimensões da política cultural. De um lado, a "**especificidade do fenômeno cultural, cuja dimensão qualitativa é determinante**. As técnicas correntes de análise a ele não se aplicam, pois, graças a fenômenos de sinergia, o todo quase sempre supera a adição das partes." Trata-se, mais uma vez, das especificidades do bem cultural a que a economia política da comunicação e da cultura se dedica, de cuja importância Furtado já tinha plena consciência nos anos 1970, como vimos acima. De outro, faz questão de diferenciar a política cultural da **política educacional**, voltada esta para a

socialização dos indivíduos, devendo o Estado nela interferir para universalizá-la e corrigir desigualdades.

> O ensino das chamadas belas artes também se integra no processo de socialização. Mas o essencial da atividade cultural está na criatividade, que se alimenta da ruptura do estabelecido. Neste caso, o papel do Estado tem de ser de outra ordem, pois toda pretensão de monitoramento pode produzir resultados inversos aos que se buscam. Isto não significa que o Estado deva ausentar-se, limitar-se a assegurar a liberdade de criação artística, de produção e consumo de bens e serviços culturais. Essa é a tendência nos países de elevado grau de desenvolvimento, com um avançado processo de homogeneização nos padrões culturais de vida. (FURTADO, 2012, p. 66)

No caso de um país como o Brasil, uma política que se limitasse a isso desperdiçaria o potencial criativo dos indivíduos e "as desigualdades no acesso aos valores culturais tenderiam a aumentar, na ausência de uma ação de apoio e estímulo da parte do poder público." Longe de se substituir à sociedade, o Estado deve "aplicar-se em criar as condições que propiciam a plenitude das iniciativas surgidas dessa sociedade", algo muito diferente, portanto, de apoiar, através das leis de incentivos, as empresas oligopolistas do setor cultural , inclusive estrangeiras, como passará a ocorrer de forma generalizada no Brasil após o retorno das políticas de incentivo fiscal, ainda no governo Collor, e até hoje. (BOLAÑO; MOTA; MOURA, 2011) O projeto do ministro Furtado, ao contrário, tinha os seguintes objetivos explícitos: (a) "preservação do patrimônio e da memória culturais"; (b) estimular a "criatividade de nosso povo"; (c) defender a "identidade cultural do país"; (d) democratizar o "acesso aos valores culturais. Na busca de convergência entre o crescimento econômico e a realização da cidadania, **é a política cultural que**

fornecerá o elemento de utopia de que precisamos." (FURTADO, 2012, p. 66)

Política cultural e cultura brasileira

No texto de apresentação do balanço das ações do MinC em 1987, Furtado retoma e reproduz muito do que foi apresentado no discurso de posse, analisado no início do item anterior, onde já se referira ao Brasil como um caso em que **a identidade nacional nasceu no plano cultural**,

> [...] pois se é verdade que, entre nós, o Estado antecedeu à nação, mais razão existe para afirmar que a Cultura antecipou-se à existência do Estado. Já no século XVII apresenta-se entre nós o embrião de uma personalidade cultural. Pensemos na força que apresenta nossa criatividade cultural no século XVIII, quando éramos uma simples constelação de feitorias. (FURTADO, 2012, p. 53)

No texto de 1987, preocupado também com "preservar o gênio inventivo da cultura brasileira diante da assimilação de técnicas que, se aumentam nossa eficácia, são por vezes vetores de valores que podem mutilar nossa identidade cultural", de modo que "já não basta intensificar a acumulação; mais importante ainda é abrir espaço à participação e ativar a criatividade", (FURTADO, 2012, p. 77) volta à "tarefa 'trabalhosa' e 'espinhosa' de" definir a identidade cultural brasileira.

> A cultura brasileira nasceu marcada por um **duplo esforço de adaptação**: do homem europeu aos trópicos, e de povos de origem profundamente diversa – ameríndios e africanos – à dominação europeia. Daí o espírito de compromisso, o aparente conformismo que aos estrangeiros se afigura ser o traço mais saliente do brasileiro. Menos visível na

> formação da cultura brasileira foi o fato de que os povos oprimidos constituíram-se naqueles que mais contribuíram para a configuração do modo de ser brasileiro. Esses povos concentraram toda a sua criatividade em artes que, como a música e a dança, requeriam menor suporte material. Só lhes coube um papel subalterno no desenvolvimento da civilização material, já que lhes estava vedado o acesso a formas artísticas que pressupõem a acumulação de riquezas. (FURTADO, 2012, p. 77-8)

O movimento de 22, ainda marcado "por nossa tradicional visão esteticista da cultura" teria sido já

> [...] um grito de alerta para a necessidade de afirmação da nossa identidade nacional. O negro real passou a substituir o negro idealizado, o índio real, o silvícola criado pelos indigenistas. O interesse pelos problemas reais do país passou ao primeiro plano das preocupações de intelectuais de prestígio. E se fez mais lúcida a consciência de que havíamos vivido de costas para nossa herança cultural. A Semana de Arte Moderna foi sem dúvida o grande gesto de ruptura que encetou uma nova visão de nossa identidade cultural, mas o histórico processo de alienação de nossas elites, de perda de contato com as próprias raízes, de obliteração da memória cultural explica a distância que, entre nós, ainda prevalece entre o universo cultural popular e as aspirações das elites. (FURTADO, 2012, p. 78)

Expressa-se aqui um elemento importante do modelo de Furtado, relativo ao papel do intelectual e, mais geralmente, da classe média, na sua relação com o povo como força social transformadora, a que retornarei com mais cuidado na conclusão deste trabalho. O interessante é que, na frase seguinte, diz Furtado (2012): "todos esses fatores histórico-culturais [...] têm sido levados em conta pelo atual governo na definição de sua política cultural", o que significa

que havia um intento consciente de buscar aquela aliança povo-classe média a que ele se referia nos trabalhos de 1984, em trechos que reproduzirei na conclusão. A sua política cultural no período, portanto, independentemente de ter sido bem sucedida ou não, o que não está em pauta neste trabalho, adequava-se à perspectiva teórica e política do autor, o que deveria ser levado em alta consideração na análise da trajetória do MinC nesse período histórico, quando for o caso. Não vamos entrar nisso aqui, mas é interessante verificar como o autor definia o sentido da Lei Sarney, nessa linha:

> O segredo das explosões de criatividade, observadas em certas épocas da história da humanidade, talvez resida nesse apoio dado pelos poderes públicos às correntes liberadoras de energia criativa. A criatividade existe sempre em estado virtual. Numa sociedade de desenvolvimento retardado, de enormes desigualdades, e caracterizada por múltiplas formas de dependência, o exercício da criatividade é com frequência limitado por toda sorte de constrangimentos, seja pela escassez de meios materiais, seja por estruturas de poder que aviltam o homem. Não basta eliminar estas últimas. Também é necessário que a ação dos poderes públicos reforce as correntes renovadoras. Este é o verdadeiro alcance da Lei Sarney. (FURTADO, 2012, p. 85)

O exato oposto, portanto, da política de incentivos que se vem praticando no país, de extrema concentração e reforço aos oligopólios culturais. Em pequeno texto dedicado especificamente à Lei Sarney, o autor coloca a questão ainda em perspectiva histórica, para mostrar que a referida lei representa uma "inovação na cultura brasileira". Assim,

> [...] no Brasil Colônia, de economia primário-exportadora, a marginalização das manifestações culturais, tanto das comunidades autóctones quanto daquelas submetidas à escravidão, compunha o entorno do quadro necessário à prevalência

> do traço principal – 'cultura' como campo das produções artísticas e intelectuais provenientes das nações economicamente dominantes. Por outro lado, os altos custos e o baixo retorno da importação de bens culturais [...] solidificavam o caráter paternalista da difusão cultural. Estabelecia-se, assim, a dimensão de outro traço fundamental: "cultura" como concessão do Estado aos cidadãos. (FURTADO, 2012, p. 88)

Importação cultural e paternalismo, duas características da cultura brasileira até hoje não superadas. Não obstante, diz o autor, "no século XX, o surgimento da **indústria cultural**, abrindo espaço à iniciativa privada, contribuiu, de certa maneira, para a diluição desses traços." Trata-se, portanto, do reconhecimento de um valor positivo no surgimento da cultura industrializada pelo que ela significou em termos de "diluição" apenas daquelas características. "A **condição essencial** para a sua remoção definitiva é a **liberação do potencial criativo presente em todos os segmentos sociais**" e que permanece hoje ainda amplamente monopolizado pelo grande capital produtor, ou difusor, de mercadoria cultural nacional ou importada. Assim, a lei tinha por objetivo "a criação de mecanismos que possibilitassem ao cidadão o exercício de iniciativas no campo da produção cultural, transferindo para a sociedade civil funções que dificilmente pode o Estado executar a contento." Esse é o fundo, aliás, de outros movimentos, em relação às artes cênicas, ao cinema (que provocou acerba polêmica à época) e outros. (FURTADO, 2012, p. 83) Mas voltemos à formação da cultura brasileira, a um tema já mencionado quando analisei os trabalhos de 1984:

> No Brasil pré-urbano havia uma aproximação muito grande entre as camadas sociais, mesmo entre os escravos e os senhores, que se influenciavam mutuamente. Não que existisse entre eles compreensão do que é fundamental nas relações humanas, mas havia o conhecimento mútuo dos valores respectivos, a consciência de integrar um todo social. Basta ver que a criatividade do mundo pré-urbano se

> manifesta em templos, rituais e festas a que têm acesso todas as camadas sociais. O mundo urbano, que começa a se afirmar entre nós no século XIX, tem essa característica de ser uma corrida para o mar, para as linhas de comércio vinculadas ao exterior. É quando o Brasil se transforma numa constelação de cidades litorâneas submetidas a forte influência cultural externa. O comércio exterior passou assim a definir o rumo de nossa evolução cultural. Nesse período, nossas elites, pelo fato mesmo de se terem ligado tão intimamente ao exterior, afastaram-se mais e mais daquilo que eram suas raízes, do que possuíam de comum com o povo. (FURTADO, 2012, p. 94)

É nesse momento que se configura aquele **divórcio entre elite e povo**, que prevalecerá ao longo do século XIX até os anos 1920, ou até a ruptura que significa a Revolução de 1930. Terão pesado nisso as peculiaridades das nossas raízes europeias:

> Tendo desempenhado papel eminente na formação da Europa moderna, Portugal não conheceu, a rigor, nem o Renascimento nem a Reforma, essas duas grandes rupturas que deram origem à Modernidade. Essa a razão que levou mais de um observador a afirmar que a nossa cultura colonial, inclusive o século XVIII, tem nítidas afinidades com o medievo europeu. Inserimo-nos na modernidade em pleno século XIX, o que explica a quase nenhuma resistência que oferecemos à devastadora influência francesa. E também explica a semiamnésia que por muito tempo nos obnubilou com respeito ao nosso passado cultural. (FURTADO, 2012, p. 100)

Por outro lado,

> [...] o longo processo de alienação, de perda de contato com as próprias raízes, de obliteração da memória cultural explica a distância que, entre nós, prevalece entre o universo

> cultural popular e as aspirações das elites. Contudo, cabe reconhecer que esse alheamento das elites facilitou a **preservação de muitos valores populares, e a autonomia de criatividade em camadas sociais que permaneciam isoladas das correntes culturais dominantes.** (FURTADO, 2012, p. 94)

No seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, na vaga justamente de Darcy Ribeiro (1973, p. 128), falando da denúncia que este faz da desumanização a que foram submetidos os índios e negros no Brasil, lembra que, em Darcy também, "esse quadro de denúncia e de revolta surge como pano de fundo de uma visão positiva daquilo que ele chamava de '**cultura vulgar**', na qual se manifestaria 'a força criativa do povo brasileiro'". Para o próprio Furtado (2012, p. 128), na cultura popular,

> [...] objetos ligados à prática da vida trazem sempre algum traço de mensagem estética, da mesma forma que na representação do cotidiano se entrelaçam o funcional e o espiritual [...]: em tudo que cria, o nosso povo introduz uma mensagem estética. A arte não se dissociou da prática, não emergiu como cultura de salão. Ela continua ligada ao cotidiano da vida. A preservação dessa **força criativa do povo brasileiro** é nossa preocupação maior. Cumpre descobrir o seu gênio criativo em todas as suas manifestações, ou seja, tanto no permanente esforço para instilar valores estéticos e espirituais no seu viver cotidiano como na produção especificamente artística.

Esclarece, no entanto, que "não se trata de adotar uma visão antropológica e submergir no conceito de que cultural é tudo que resulta da ação do homem sobre a natureza". Já não estamos aqui, portanto, no plano de conceito geral de cultura material, de base antropológica.

> Nossa preocupação é com a **dimensão espiritual**, em sentido lato, dessa ação, a qual não deve ser dividida em esferas autônomas, e sim observada em suas múltiplas dimensões [...]. Nossa preocupação é com o enriquecimento da vida, na medida em que contribui para a satisfação das aspirações dos homens e da sociedade, tida em conta a diversidade desta. (FURTADO, 2012, p. 94-5)

Nesse sentido, do ponto de vista da política cultural, não há porque fazer discriminações entre cultura popular, elitista ou acadêmica, ou entre obras exemplares ou excepcionais e aquelas "que se incorporam imediatamente ao viver cotidiano de certas comunidades." (FURTADO, 2012, p. 95) Assim também não se separa "elite e povo como focos de criatividade" nem se graduam valores. O Estado não deve ser instrumento de nenhum grupo social. É preciso ter como preocupação maior o resgate da chamada dívida social e o combate às desigualdades sociais e regionais, "que limitam e inibem a difusão de valores do patrimônio de todos os brasileiros."

> Por outro lado, temos enorme capacidade criativa que não chega a se manifestar em razão de constrangimentos sociais [...] e ainda temos necessidade de afirmar nossa identidade, de preservar sua integridade, em face da multiforme ofensiva da **indústria cultural** [...]. Portanto, o Estado para nós é essencialmente o instrumento de um projeto de difusão de valores, de abertura de novos canais de comunicação, de descoberta de fontes de criatividade e de preservação da identidade de nossa cultura. (FURTADO, 2012, p. 95-6)[106]

Para encerrar este capítulo, vale retomar algumas observações, nesses mesmos textos, publicados em 2012, que se somam a outros

[106] Em outro ponto volta ao tema da indústria cultural, nos seguintes termos: "a grande indústria da cultura adquire peso crescente, com reflexos nem sempre positivos no processo de produção e difusão cultural. A comunidade de **criadores culturais** deve encontrar no Estado o suporte que lhe permita debater esses problemas a fim de contribuir para a preservação da identidade cultural do país." (FURTADO, 2012, p. 104)

já citados acima, de outras fontes, para formar um conjunto particular, dedicado à problemática das especificidades econômicas da produção e distribuição dos bens culturais, de reconhecida importância para a economia política da comunicação e da cultura.

Economia da cultura

Na introdução ao estudo acima citado, da Fundação João Pinheiro, sobre a Economia da Cultura (BRASIL, 1988), republicado no livro de 2012 que estamos analisando, Furtado parte da ideia já mencionada aqui de que, enquanto sistema de valores, a cultura pertence à esfera dos fins, que escapa ao cálculo econômico tradicional. "Mas já ninguém ignora que as relações entre fins e meios nos processos sociais são, com frequência, biunívocas, podendo prevalecer uns ou outros na configuração ocasional desses processos." Assim, por exemplo, lembra, na literatura oral, fins e meios se confundem, "sendo a pessoa do autor o próprio suporte de sua mensagem."

> Mas o que caracteriza a nossa época é a **autonomia e crescente importância do suporte**, cuja evolução tecnológica repercute na própria natureza da mensagem. O teatro se desdobrou no cinema, na radionovela, na telenovela; o concerto musical ao vivo, no disco, no cassete, no *compact-laser*. (FURTADO, 2012, p. 57)

Segue falando da importância da invenção da imprensa para a penetração da cultura clássica na Europa dos séculos XVI e XVII, "motivando uma explosão de criatividade", mas lembra também que

> [...] a revolução dos suportes na época contemporânea [...] deu origem ao que chamamos de **cultura de massa**, uniformizadora dos gostos e transformadora de populações inteiras em passivos consumidores de produtos culturais fabricados em grande escala. (FURTADO, 2012, p. 57)

Também se refere ao progresso do sistema de transportes, que "ampliou o 'mercado' de concertos musicais, fazendo-o acessível inclusive a artistas iniciantes." "Mais: a introdução da economia de escala na produção cultural veio privilegiar certos tipos de espetáculos, reduzindo os custos relativos, com amplos reflexos na configuração da demanda final desses produtos." (FURTADO, 2012, 58)

Já foi mencionada a compreensão de Furtado (2012, p. 54) sobre a importância das tecnologias da informação e da comunicação na mudança estrutural por que passa a civilização industrial atualmente. Como diz, elas "transformaram cabalmente a forma de difusão dos bens e serviços da cultura", intensificando os fluxos de bens culturais, o que conduz à homogeneização, que é "condição necessária para alcançar o consumo de massa", com a **subordinação da produção cultural às leis do mercado**.

> Essas transformações, causadas pelo impacto da tecnologia moderna, refletem-se na cultura como processo social. A elas deve-se a emergência de sociedades ou países especializados na produção e exportação de produtos culturais, graças ao avanço tecnológico e poder econômico, em direção aos quais tende a drenar-se a força criativa de outros povos. O problema da **dominação cultural**, antigo como a história dos contatos entre civilizações, assume novas formas em que prevalece o poder financeiro. (FURTADO, 2012, p. 58)

Esse mesmo movimento é referido em outro dos textos copilados no livro de 2012, onde a emergência de países especializados na produção de bens simbólicos é interpretada como crescimento horizontal do mercado cultural, "quer pela integração de mercados regionais, quer pela absorção de mercados locais". Também aqui a consequência é a dominação cultural que assume, assim,

> [...] dimensões antes desconhecidas. Temos, assim, sociedades que são fundamentalmente consumidoras de cultura e outras que são produtoras. E, também, produtores de arte

> que se desenvolvem com rapidez porque se beneficiam de avanços tecnológicos e outros que se marginalizam, ou se confinam em pequenos mercados. (FURTADO, 2012, p. 69)

Por outro lado,

> Em decorrência do mesmo processo, o acesso aos bens culturais tende a deslocar-se dos lugares públicos para os ambientes privados. Em outras palavras, o homem consome muito mais cultura hoje em dia dentro de sua casa do que nas salas de espetáculo e nos logradouros públicos. Ouve-se muito mais música e com mais frequência apreciam-se as artes cênicas, mas frequentam-se muito menos as salas de concerto e vai-se também muito menos ao cinema. Esse processo de **isolamento dos homens que participam da vida cultural** não pode deixar de ter consequências negativas na capacidade criativa da sociedade. Ademais, esse processo tende a aprofundar a estratificação social. (FURTADO, 2012, p. 54)

Dada essa nova situação, de enfraquecimento, pode-se dizer, das instituições da velha esfera pública, "**a política cultural, em face da revolução das tecnologias da comunicação, terá que preocupar-se não apenas em democratizar o acesso aos bens culturais, mas também em defender a criatividade.**" (FURTADO, 2012)

A questão do **trabalho cultural** é posta, na referida introdução ao estudo de 1988, nos seguintes termos:

> Na visão econômica dos processos produtivos, o trabalho é simplesmente um meio, fator de produção cuja produtividade tende a aumentar na medida em que avançam acumulação e técnicas. Ora, **no mundo das artes o trabalho não é apenas meio, mas também fim**. Neste último caso, **faz-se difícil introduzir o conceito de produtividade**. Num espetáculo ao vivo de canto, ou de dança, ou teatral, o trabalho é um fim em si mesmo. Seu custo tende a crescer

> relativamente às formas de expressão artística que se beneficiam do aumento de produtividade. Para modificar essa tendência, em todo o mundo os espetáculos ao vivo têm seus custos parcialmente socializados mediante subsídios. (FURTADO, 2012, p. 58)

Assim é o caso das **artes do espetáculo**, conhecido na literatura da economia política da comunicação. Furtado se refere na sequência a outro setor também discutido nessa literatura, como o da **arte de obras únicas**, não industrial:

> Mas quando se trata de produtos culturais únicos adquiridos individualmente, como as telas de um pintor, a tendência é para o aumento de seus preços relativos, restringindo-se o seu mercado a segmentos sociais de mais altos níveis de renda. A socialização de custos terá, nesse caso, que assumir a forma de aquisição das telas para exibição em locais de acesso coletivo. (FURTADO, 2012, p. 58)

Desses dois casos, conclui que

> [...] as atividades culturais incluem-se entre aquelas cuja demanda apresenta uma **elevada elasticidade-renda**, sendo ao mesmo tempo fortes criadoras de emprego e fracas consumidoras de divisas. Contudo, carecemos de informações sobre a matéria, até hoje considerada de pouca relevância econômica. (FURTADO, 2012, p. 59)

Carência justamente que ele estava empenhado, como ministro, a atacar.

Mas Furtado (2012, p. 67-8) já havia se dedicado a esse tipo de análise em 1986, na abertura do seminário interno do Instituto de Promoção Cultural (IPC), em Brasília. Referia-se então ao "campo conceitual pouco explorado, que é o da economia da cultura", informando que se trata de "uma problemática que emergiu a partir dos anos 1970." Retomando a questão da evolução dos suportes, define

como "ponto de partida da grande indústria cultural e da cultura de massa" a passagem "do espetáculo clássico de teatro para o espetáculo cinematográfico ou televisivo". No caso da música, "quando passamos do concerto da grande orquestra ou do virtuose de prestígio para o disco, que é um suporte que se beneficia particularmente da economia de escala, interferindo relativamente pouco na qualidade do produto cultural." Em seguida, coloca o problema do trabalho cultural de forma mais elaborada que no trecho anterior:

> Nos processos produtivos, o trabalho é simplesmente um fator de produção. Sendo um fator de produção, ele é um meio e, como meio, concorre com outros meios ou fatores de produção. A importância do progresso tecnológico reside em que ele permita não só a economia de fatores de produção, mas também seu intercâmbio. Daí que passamos a substituir trabalho (fator de produção) por não trabalho. Com o desenvolvimento da tecnologia, o trabalho tende a ceder espaço ao não trabalho, ou, se quiséssemos usar a linguagem de Marx, o trabalho vivo tende a ser substituído pelo trabalho 'cristalizado' em instrumentos. Em síntese, tendem a prevalecer os processos produtivos que são menos utilizadores de trabalho, mais capitalísticos. (FURTADO, 2012, p. 69-70)

E segue:

> Ora, no mundo das artes o conceito de trabalho é distinto. Na produção de um espetáculo o trabalho assume outra dimensão – deixa de ser meio para ser fim. Quando se produz um espetáculo [...], o trabalho do artista é um fim e, neste sentido, não pode ser substituído. A rigor, não se pode aumentar a produtividade do artista, coisa distinta de fazê-lo trabalhar mais. Mas o excesso de fadiga poderá comprometer a qualidade do que ele produz. Dessa forma,

> fora da mudança de suporte, não se pode assimilar a produção cultural às formas correntes de produção. (FURTADO, 2012, p. 70)

Furtado (2012, p. 70-73) não vai além disso, mas ainda deixa posta uma questão fundamental sobre as implicações desse fenômeno: "até que ponto a introdução crescente de técnicas de gestão cultural e de suportes voltados para o aumento de produtividade estará condicionando a criatividade?". No debate que se segue à exposição de Furtado, também reproduzido no livro, alguns temas correntes da economia política da cultura são desenvolvidos: o preço da cultura, a definição de bens culturais e a relação entre política cultural e política tecnológica. Não há necessidade de retomar esses detalhes aqui. Na verdade, em todos os textos analisados neste item, como nas análises anteriores sobre valor econômico do bem cultural, fica patente que o autor se limita aos setores artísticos referidos há pouco, sem avançar na questão da subsunção do trabalho cultural e seus limites. (BOLAÑO, 2000)

Na verdade, muitas mudanças ocorreram desde então na economia da comunicação e da cultura, especialmente após o surgimento da internet, que tornam muito mais complexo o problema e levantam questões novas e renovadas. Em todo caso, as posições do autor em nível mais abstrato permanecem perfeitamente válidas e aquelas relativas às especificidades da produção cultural nos setores que ele analisa também, ou pelo menos permanecem tão idôneas e atuais como as mais atuais e melhor elaboradas que circulam no campo hoje. Além disso, como se tratam de posições derivadas de uma percepção pioneira, formulada já nos anos 1970, têm o poder de sinalizar para questões que às vezes passam despercebidas quando se observa o objeto mais desenvolvido. Assim, por exemplo, alguns poderão pensar que a ideia de suporte estaria superada, imaginando que tudo se desmaterializou hoje, como se toda a enormidade de redes, *hubs*, servidores e equipamentos de todo tipo, inclusive os domésticos, não fizessem parte do sistema

global de cultura, como se o *software* não fosse também máquina etc. O mesmo pode-se dizer sobre a concentração, a dependência e todas as questões fundamentais que Furtado esclarece.

Acima de tudo, é preciso entender que o mundo do que muitos chamam "imaterial" é precisamente aquele em que o âmbito cultural em sentido estrito foi largamente subsumido na cultura material unificada do capitalismo avançado dos nossos dias. A separação entre bens simbólicos e bens materiais torna-se crescentemente difusa à medida que estes últimos, com o fenômeno das chamadas indústrias criativas, ou com o surgimento das redes de telefonia celular, dos *iPads*, *iPods*, *tablets* e toda a infinidade de *gadgets* que invadem todos os espaços da vida, tornam-se crescentemente portadores de sentido, enquanto os primeiros são produzidos por um trabalho cultural crescentemente subsumido, ainda que dentro de limites a serem estudados caso a caso. Mas esses limites também se aplicam ao fenômeno da subsunção do trabalho intelectual em geral, característica da terceira revolução industrial, como venho defendendo em diferentes trabalhos, vários deles citados ao longo deste texto.